

SUMÁRIO

1^a PARTE TEORIA GERAL DO DIREITO AMBIENTAL

CAPÍTULO 1 – O DIREITO AMBIENTAL	3
1. O conceito de Direito Ambiental.....	3
1.1 Um direito de natureza tutelar e finalística.....	7
1.2 As vertentes do direito ambiental	8
1.2.1 A vertente econômica	8
1.2.1.1 Liberdade econômica e Direito Ambiental.....	10
1.2.2 A vertente ecológica do direito ambiental	12
1.2.2.1 O reconhecimento de direitos da natureza.....	13
1.2.3 A vertente humana do direito ambiental	15
1.3 Os princípios do direito ambiental.....	16
1.3.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	16
1.3.2 Princípio do desenvolvimento	16
1.3.3 Princípio democrático	18
1.3.4 Princípio da precaução	20
1.3.5 Princípio da prevenção	22
1.3.6 Princípio do equilíbrio.....	23
1.3.7 Princípio da capacidade de suporte	23
1.3.8 Princípio da responsabilidade.....	25
1.3.9 Princípio do poluidor pagador.....	25
1.3.10 Princípio da vedação de retrocesso ambiental ou proibição da proteção insuficiente.....	26
1.4 Autonomia do Direito Ambiental	27
1.5 Fontes do direito ambiental.....	27
1.5.1 Fontes materiais.....	28
1.5.1.1 O ambientalismo e os movimentos populares	28
1.5.1.1.1 O pensamento de José Lutzemberger....	31
1.5.1.2 Descobertas científicas	32
1.5.1.3 Doutrina jurídica	33
1.5.2 Fontes formais	33
1.6 Direito Internacional do Meio Ambiente [DIMA]	34
1.6.1 A setorialização do DIMA	35

CAPÍTULO 2 – A ORDEM CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE	39
1. A Constituição de 1988.....	40
1.1 O artigo 225 da Constituição Federal de 1988.....	42
1.1.1 Conceito normativo de meio ambiente	43
1.1.2 A integração de conceitos exteriores ao direito na Constituição..	44
2. Aplicabilidade das normas.....	45
3. Competências constitucionais.....	46
3.1 Competência federal	49
3.1.1 Competência estadual	50
3.1.2 Competência municipal	51
4. A questão da aplicação da norma mais restritiva.....	52
5. Repartição de competências administrativas (Lei Complementar 140, de 8 de dezembro de 2011).....	54
CAPÍTULO 3 – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....	59
1. O Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA	63
1.1 Órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama...	66
1.1.1 Cooperação administrativa.....	66
1.1.1.1 Comissões multipartes	66
1.2 Conselho de Governo.....	67
1.3 O Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama.....	67
1.3.1 Resoluções do Conama.....	70
1.3.2 Impacto regulatório	72
1.4 Ministério do Meio Ambiente – MMA	77
1.4.1 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama.....	80
1.4.1.1 Atribuições do Ibama.....	81
1.4.2 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.....	81
1.5 Conselho Nacional da Amazônia Legal.....	81
CAPÍTULO 4 – PODER DE POLÍCIA AMBIENTAL E LICENCIAMENTO AMBIENTAL	83
1. Conceito normativo de poder de polícia.....	84
2. A ordem pública do meio ambiente.....	86
2.1 A fiscalização ambiental.....	87
3. O controle ambiental.....	95
4. O licenciamento ambiental.....	96
4.1 Competência.....	101
4.1.1 A questão do licenciamento municipal	105
4.2 O licenciamento federal	106
4.2.1 Procedimento	109
4.2.2 Licenças e autorizações emitidas pelo IBAMA	110

4.2.2.1	A natureza jurídica das licenças ambientais.....	111
4.2.2.2	Autorização ambiental	112
4.2.2.3	Natureza e alcance da Licença Prévia.....	114
4.2.2.4	Responsabilidade pela emissão das licenças ambientais.....	115
4.2.3	Procedimentos e prazos.....	116
4.2.4	Condicionantes do licenciamento ambiental	117
4.2.5	Normas gerais.....	119
4.2.6	Intervenção de órgãos externos no licenciamento ambiental .	121
4.2.6.1	O conceito jurídico de anuência ou autorização	123
5.	As bases constitucionais para a avaliação dos impactos ambientais	126
5.1	Os diferentes estudos ambientais	127
5.1.1	Relatório Ambiental Simplificado [RAS].....	127
5.1.2	Plano e projeto de controle ambiental [PCA].....	128
5.1.3	Relatório Ambiental Preliminar [RAP].....	129
5.1.4	Diagnóstico ambiental.....	129
5.1.5	Plano de Manejo	129
5.1.6	Plano de recuperação de área degradada [PRAD]	129
5.1.7	Análise preliminar de risco.....	130
6.	Estudo de Impacto Ambiental – EIA	130
6.1	A avaliação de impacto no direito brasileiro e a retroação das leis de proteção ao meio ambiente	131
6.2	A avaliação de impacto ambiental na Lei 6.938/1981.....	133
6.2.1	Relação de atividades previstas no artigo 2º da Resolução Conama 01/1986	134
6.2.2	Definição de impacto e impacto ambiental.....	136
6.3	Natureza jurídica do EIA	138
6.3.1	Formalidades do estudo prévio de impacto ambiental.....	140
6.3.2	Requisitos do EIA	141
6.3.2.1	Alternativas tecnológicas e de implantação	144
6.3.2.2	Impactos ambientais gerados na fase de implantação e na fase de operação.....	146
6.3.2.3	Área geográfica a ser diretamente atingida	146
6.3.2.4	Consideração de planos e programas governamentais.....	147
6.3.2.5	Impactos sociais e humanos	147
6.3.2.6	Equipe técnica habilitada	147
6.3.2.6.1	Independência da equipe técnica	148
6.3.2.7	Publicidade.....	149
6.3.2.8	Informação incompleta	149
6.3.2.9	Despesas.....	152
6.3.2.10	Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental	152

6.3.2.11 O Relatório de Impacto Ambiental – RIMA	152
6.4 Audiência pública.....	152
6.4.1 Convocação	154
6.4.2 Realização da audiência.....	154
6.4.3 Função da audiência.....	155
CAPÍTULO 5 – INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	157
1. A subjetividade: caracterização de negligência ou dolo	171
2. Prazos prescricionais.....	171
3. Infrações administrativas contra o meio ambiente.....	172
3.1 Fauna	172
3.2 Flora	174
3.3 Poluição	181
3.4 Operação sem licença ou autorização	183
3.5 Infrações contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural.....	183
4. Processo sancionatório ambiental	185
4.1 A autuação.....	185
4.1.1 Autuação de advertência.....	186
4.2 Procedimento administrativo (autuação administrativa e conciliação) ...	187
4.3 Núcleo de Conciliação Ambiental e procedimento conciliatório	188
4.3.1 O auto de infração e seus vícios.....	188
4.4 Núcleo de Conciliação Ambiental e audiência conciliatória.....	188
4.5 Multas	190
4.6 A defesa administrativa.....	193
4.7 Instrução e julgamento.....	195
4.8 Recurso hierárquico	196
4.9 Procedimento relativo à destinação dos bens e animais apreendidos	197
4.10 Do procedimento de conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente ..	198
4.11 Termo de compromisso.....	201
4.12 Transação da dívida ativa	202
CAPÍTULO 6 – A PROTEÇÃO JUDICIAL E ADMINISTRATIVA DO MEIO AMBIENTE	205
1. O Poder Judiciário	205
1.1 O STF e o STJ na proteção ambiental	206
2. O Ministério Público	208
2.1 A base constitucional da atuação do Ministério Público	208
3. Defensoria Pública	209
4. Advocacia-Geral da União (Advocacia Pública)	209
5. Principais meios judiciais de proteção ambiental	210
5.1 Ação civil pública.....	210

5.1.1	Competência para o processamento e julgamento das ações civis públicas	210
5.1.2	Legitimidade ativa.....	212
5.1.3	Ministério Pùblico como parte legítima da ACP	213
5.2	Mandado de segurança coletivo	214
5.3	Ação popular.....	214
5.4	Desapropriação.....	215
5.5	Tombamento.....	215

CAPÍTULO 7 – DANO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL 217

1.	O dano ambiental.....	217
1.1	Dano ambiental, dano ecológico	218
1.2	A apuração do dano ambiental	221
1.3	Dano moral (coletivo e individual) ambiental.....	222
1.4	Recuperação natural e proporcionalidade	223
2.	Responsabilidade ambiental.....	225
2.1	A responsabilidade ambiental na Constituição Federal.....	226
2.2	Responsabilidade ambiental.....	226
2.2.1	Responsabilidade por risco	229
2.2.1.1	Teoria do Risco Integral	229
2.3	Exclusão de responsabilidade ambiental	231
2.4	Poluidor indireto e responsabilidade objetiva.....	234
2.5	A inversão do ônus da prova.....	236
3.	Prescrição.....	237
3.1	Prescrição e segurança jurídica.....	239
3.1.1	Regime prescricional aplicável às Terras Indígenas aplicado às questões ambientais	241

**2ª PARTE
DIVERSIDADE BIOLÓGICA****CAPÍTULO 8 – PROTEÇÃO JURÍDICA DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA 247**

1.	A Convenção sobre Diversidade Biológica.....	250
1.1	Objetivos da Convenção	252
1.1.1	Conservação <i>in situ</i> e <i>ex situ</i>	253
1.1.2	Financiamento das medidas a serem adotadas	256
1.2	Soberania dos Estados sobre a diversidade biológica	257
1.3	A Conferência das Partes [COP]	258
1.4	Protocolos	259
1.4.1	Protocolo de Cartagena	259
1.4.2	Protocolo Suplementar de Nagoia-Kuala Lumpur	259
1.4.3	Protocolo de Nagoia	262

1.5 A Convenção sobre Diversidade Biológica no Brasil: acesso ao conhecimento tradicional associado	264
2. Proteção à diversidade biológica no Brasil.....	267
2.1 Conceitos normativos	268
2.2 Patrimônio genético	269
2.2.1 Repartição de benefícios.....	270
2.2.1.1 Modalidades de repartição de benefícios.....	272
2.3 Política Nacional de Biodiversidade.....	276
2.3.1 Princípios referentes ao acesso aos conhecimentos tradicionais associados	278
3. Convenção de RAMSAR.....	278
3.1 A Convenção de RAMSAR	279
3.1.1 A Convenção de Ramsar perante a Corte Internacional de Justiça	281
3.2 A Convenção de Ramsar no Brasil.....	281
3.2.1 Os sítios RAMSAR brasileiros.....	283
4. Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagem em Perigo de Extinção – CITES	284
4.1 A Convenção CITES.....	286
4.1.1 A regulamentação do Comércio Internacional: as três partes da Convenção (Anexos).....	287
4.1.2 Relação entre a CITES e outras convenções internacionais e a legislação nacional.....	290
4.2 A Convenção CITES no Brasil	291
4.2.1 Categorias de Ameaça da IUCN	292
4.2.2 Implementação da CITES pelo Brasil	293
4.2.3 Procedimentos necessários ao comércio internacional de espécies (espécies integrantes dos Anexos I, II e III)	294
4.2.4 A tutela penal	296
CAPÍTULO 9 – A VEGETAÇÃO NATIVA E SUA PROTEÇÃO LEGAL	297
1. Código Florestal.....	302
1.1 O conceito jurídico de floresta	302
1.2 Áreas de preservação permanente.....	303
1.2.1 Áreas de preservação permanente [APP] em decorrência de lei.....	303
1.2.2 Áreas de preservação permanente por ato do Poder Público ...	308
1.2.3 Áreas consolidadas em APP (normas de regularização de ilícitos passados).....	308
1.3 Reserva (florestal) legal	310
1.4 A floresta, os desmatamentos e a utilização de fogo.....	313
2. Mata Atlântica.....	315
2.1 Regimes jurídicos da Mata Atlântica.....	316

2.1.1 Regime Jurídico Geral.....	316
2.1.2 Regime jurídico especial.....	318
2.2 Proteção da vegetação primária.....	320
2.3 Proteção da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração...	320
2.4 Proteção da vegetação secundária em estágio médio de regeneração ...	320
2.5 Proteção da vegetação secundária em estágio inicial de regeneração	320
2.6 Exploração seletiva de vegetação secundária em estágio avançado, médio e inicial de regeneração	321
2.7 Proteção do bioma Mata Atlântica nas áreas urbanas e regiões metropolitanas.....	321
2.8 Atividades minerárias em áreas de vegetação secundária em estágio avançado e médio de regeneração	322
CAPÍTULO 10 – ESPAÇOS TERRITORIAIS (ÁREAS) ESPECIALMENTE PROTEGIDOS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	323
1. Os diferentes espaços territoriais especialmente protegidos [ETEP].....	326
2. As unidades de conservação	327
2.1 Unidades de conservação e direitos de propriedade constitucional...	328
2.1.1 Princípios constitucionais relativos ao meio ambiente e ao direito de propriedade.....	328
2.2 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC	329
2.3 A criação das unidades de conservação	331
2.4 Gestão das unidades de conservação	333
2.5 Categorias de gestão de unidades de conservação.....	335
2.5.1 Unidades de conservação do grupo de proteção integral.....	335
2.5.2 Unidades do grupo de uso sustentável.....	338
2.6 As zonas de amortecimento	342
2.7 Mosaico de unidades de conservação	343
2.8 Plano de Manejo.....	344
3. A exigibilidade legal da compensação ambiental: delimitação dos danos..	345
3.1 As intervenções aptas a gerar a compensação ambiental	345
3.2 A natureza dos danos capazes de gerar compensação ambiental.....	346
3.3 O impacto significativo e não mitigável	348
3.3.1 Interpretação e valoração dos impactos	349
3.4 Definição das medidas mitigadoras e do programa de monitoragem dos impactos.....	349
CAPÍTULO 11 – BIOSSEGURANÇA.....	351
1. Objetivos, conceitos e proibições da lei de biossegurança	353
2. Estrutura administrativa de biossegurança.....	354
2.1 A CTNBio e o licenciamento ambiental.....	358
3. Registro de OGM.....	358
4. Responsabilidade civil, administrativa e penal	359

CAPÍTULO 12 – TERRAS INDÍGENAS.....	361
1. Os povos originários e as Constituições brasileiras.....	365
1.1 A Constituição de 1988.....	367
1.2 Nova Política Indigenista do Brasil.....	368
1.3 As Terras Indígenas [TI], os recursos naturais e o consentimento prévio, livre e informado	369
1.3.1 Terras indígenas	369
1.3.1.1 Direitos adquiridos sobre as terras indígenas	371
1.4 A demarcação das terras indígenas	372
1.5 O Marco Temporal e o renitente esbulho como obstáculos aos direitos indígenas	373
1.6 A Exploração de Recursos Naturais em Terras Indígenas: Consentimento prévio livre e informado [CPLI].....	375
1.6.1 Bases legais do consentimento prévio livre e informado.....	377
1.6.1.1 Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.....	378
1.6.1.2 Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas.....	380
1.7 O Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos	381
CAPÍTULO 13 – A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NO DIREITO BRASILEIRO	385
1. Animais silvestres	387
2. Animais domésticos	388
3. Animais utilizados em pesquisas científicas.....	389
4. Animais e manifestações culturais e religiosas e a proibição de crueldade contra os animais	393
 3^a PARTE	
POLÍTICA ENERGÉTICA E MEIO AMBIENTE	
CAPÍTULO 14 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	399
1. Esforços internacionais para o enfrentamento das mudanças do clima.....	402
1.1 Protocolo de Kyoto	402
1.1.1 Mecanismo de desenvolvimento limpo – MDL.....	404
1.2 Acordo de Paris	405
1.2.1 Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa.....	406
1.2.1.1 Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas.....	408
1.3 Pacto de Glasgow	409
2. A Política Nacional de Mudanças Climáticas – PNMC	410
2.1 Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde.....	413

2.1.1 Programa Nacional de Crescimento Verde [PNCV].....	414
2.1.2 REDD+.....	415
3. Proteção da Camada de Ozônio.....	416
CAPÍTULO 15 – POLÍTICA ENERGÉTICA	419
1. Política energética nacional	420
1.1 O petróleo na política energética nacional.....	421
1.2 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	422
1.2.1 Processo sancionatório perante a ANP	424
1.2.1.1 Procedimento administrativo.....	425
1.2.1.2 Citação e intimação.....	426
1.2.1.3 Defesa do autuado.....	426
1.2.1.4 Instrução e julgamento	426
1.2.1.5 Recursos.....	427
1.2.1.6 Penalidades.....	427
1.2.1.7 Multa	427
1.2.1.8 Cancelamento do registro, da apreensão, da inutilização e da suspensão do fornecimento de bens e produtos.....	429
1.2.1.9 Suspensão temporária de funcionamento de estabelecimento ou instalação	429
1.2.1.10 Cancelamento de registro de estabelecimento ou instalação	429
1.2.1.11 Revogação da autorização para o exercício de atividade	430
1.2.1.12 Medidas cautelares.....	430
1.3 Exploração e produção (aspectos ambientais)	431
1.4 Contratos de concessão	432
2. Política Nacional de Conservação de Energia	435
2.1 Penalidades	436
2.2 Energia renovável: iniciativa energética	437
3. Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio)	439
3.1 As metas de redução de emissões na matriz de combustíveis	441
3.2 Créditos de Descarbonização (CBIO)	443
3.2.1 Negociação de Créditos de Descarbonização	444
3.3 Certificação de Biocombustíveis.....	444
CAPÍTULO 16 – ENERGIA NUCLEAR.....	445
1. A energia nuclear na Constituição Federal	445
1.1 Competências da União	446
1.2 As competências dos estados e dos municípios em matéria nuclear.	446
1.3 Análise da estrutura de competências.....	447
1.4 Tratamento democrático do problema nuclear na Constituição de 1988.....	450

1.5 O Brasil na comunidade nuclear internacional.....	451
2. Os impactos sociais da energia nuclear	451
2.1 Acidentes nucleares na utilização pacífica da energia nuclear	451
2.1.1 <i>Three Mile Island</i>	451
2.1.2 Chernobyl.....	452
2.1.3 Césio 137	452
2.1.4 Fukushima.....	453
3. Responsabilidade civil por danos nucleares.....	454
4. Rejeitos radioativos	455
4.1 Responsabilidade pelos rejeitos radioativos.....	456
4.1.1 Responsabilidade civil	457
5. A responsabilidade penal em matéria nuclear.....	458
5.1 Os crimes previstos na Lei 6.453/1977	458

4^a PARTE
RECURSOS HÍDRICOS

CAPÍTULO 17 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	465
1. Água.....	466
1.1 A Água nas Constituições brasileiras	469
1.2 Conceitos básicos do Código de Águas.....	472
1.2.1 Outros conceitos importantes.....	474
1.2.1.1 Rio	474
1.2.1.2 Lago e lagoa.....	475
1.2.1.3 Corrente.....	475
1.3 Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH.....	475
1.3.1 Outorga de direito de uso de recursos hídricos e cobrança pelo uso.....	476
1.3.2 Administração dos recursos hídricos.....	479
1.3.2.1 Infrações e penalidades.....	482
1.4 Agência de água.....	482
1.4.1 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.....	483
1.4.1.1 A regulamentação administrativa das águas.....	485
2. Saneamento básico	486
2.1 Titularidade dos serviços públicos de saneamento básico	486
2.2 Prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico	488
2.3 Planejamento	489
2.4 Regulação	489
2.5 Aspectos técnicos e ambientais.....	491
2.6 Política federal de saneamento básico	492
2.7 O papel da ANA na regulação do saneamento.....	496
2.8 Licenciamento ambiental	498

CAPÍTULO 18 – POLUIÇÃO DOS MARES	499
1. Poluição hídrica por óleos.....	502
2. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Montego Bay)	508
2.1 Recursos vivos do mar: medidas de controle e uso	511
2.2 Poluição marinha.....	513
3. A Convenção Marpol	513
4. A Lei 9.966, de 28 de abril de 2000	516
4.1 Classificação das substâncias quanto ao perigo ou nocividade.....	518
4.2 Os planos de emergência.....	520
4.3 Descarga em águas jurisdicionais nacionais de óleo, substâncias nocivas ou perigosas e lixo	521
4.4 Ressarcimento de custos de combate à poluição	522
5. Poder de polícia em matéria de poluição por óleo.....	523
6. Infrações administrativas	525
7. Responsabilidade	526

5^a PARTE **MEIO AMBIENTE URBANO**

CAPÍTULO 19 – A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE URBANO	531
1. Normas constitucionais	535
2. Instrumentos da política urbana	535
2.1 Instrumentos com imediata repercussão ambiental	536
2.2 Plano Diretor e gestão democrática da cidade.....	539
2.3 Loteamento de acesso controlado	541
2.4 Mobilidade urbana	541
3. Zoneamento.....	544
3.1 Zoneamento ambiental.....	546
3.1.1 Zoneamento federal.....	547
3.1.2 Zoneamento estadual	547
3.1.3 Zoneamento municipal	548
3.1.4 Zoneamento ambiental urbano	548
3.1.5 Zonas de Uso Industrial (ZUI)	548

CAPÍTULO 20 – POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PNRS	551
1. Instrumentos e diretrizes	555
2. Planos de resíduos sólidos.....	556
3. Responsabilidades dos geradores e dos poderes públicos	561
4. Logística reversa	565
5. Resíduos perigosos	567
6. Instrumentos econômicos	568
7. Proibições.....	569

6^a PARTE
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

CAPÍTULO 21 – MINERAÇÃO.....	573
1. A evolução legislativa da atividade minerária	575
1.1 A mineração na Constituição de 1988.....	576
2. Agência Nacional de Mineração [ANM]	577
3. Conselho Nacional de Política Mineral	579
4. Política Mineral Brasileira	580
5. O Código de Minas	580
5.1 O Código de Minas e a proteção do meio ambiente.....	582
6. Mineração em terras indígenas	583
7. Mineração e meio ambiente.....	584
7.1 Licenciamento das atividades de mineração	585
7.2 Estudos de impacto ambiental e atividades de mineração.....	586
7.3 Obrigação de recuperação ambiental da área degradada	588
8. Cavernas.....	589
8.1 Proteção ao patrimônio espeleológico.....	590
8.1.1 Atribuições do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes	591
8.2 O Decreto 10.935, de 12 de janeiro de 2022.....	591
9. Política Nacional de Segurança de Barragens.....	595
9.1 Objetivos da Política Nacional de Segurança de Barragens.....	596
9.2 Plano de Segurança da Barragem	599
9.2.1 Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB)	600
9.3 Sanções	601
CAPÍTULO 22 – AGROTÓXICOS.....	603
1. Substâncias tóxicas	603
2. Agrotóxicos.....	604
2.1 Repartição de Competências Administrativas no Interior da Administração Federal.....	606
2.2 Definição legal de agrotóxico, seus componentes e afins	607
2.3 Controle de qualidade, inspeção e fiscalização dos agrotóxicos	607
2.4 Alerta de organizações internacionais e seus reflexos no Brasil.....	611
2.5 Responsabilidade	612
2.6 Comercialização de agrotóxicos.....	613
2.6.1 Receituário agronômico	614
2.6.2 Embalagem, fracionamento e rotulagem	614
2.7 Destinação final dos agrotóxicos	615
REFERÊNCIAS	617